

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Departamento de Licitações

Equipe de Apoio ao Sistema Informatizado de Licitações – Pregão Eletrônico São Carlos, Capital da Tecnologia

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 097/2025

PROCESSO Nº 28499/2025

ATA DE JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA ASSISTIVA E DE APOIO DOMICILIAR PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS, ESPECIALMENTE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, MOBILIDADE REDUZIDA, IDOSOS, ACAMADOS E PACIENTES EM PROCESSO DE RECUPERAÇÃO, PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos 31 (trinta e um) dias do mês de outubro do ano de 2025, às 10h30min, reuniu-se na Sala de Licitações a Equipe de Apoio ao Sistema Informatizado de Licitações – Pregão Eletrônico para proceder à análise do Pedido de Impugnação protocolado neste Departamento de Licitação – Seção de Licitações em 30/10/2025, via e-mail, pela empresa VITTAFLEX INDUSTRIA E COMERCIO DE MÓVEIS E COLCHÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.174.668/0001-20, referente ao Pregão Eletrônico em epígrafe.

DA TEMPESTIVIDADE

Inicialmente, cabe apreciarmos os requisitos de admissibilidade da referida impugnação, ou seja, apreciar se a mesma foi interposta dentro do prazo estabelecido para tal. Destarte, a Lei Federal nº 14.133/21, em seu artigo 164, dispõe:

"Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame. "A impugnação foi recebida pela Seção de Licitações Saúde — SLS em tempo hábil, portanto merece ter seu mérito analisado, visto que respeitou os prazos estabelecidos nas normas sobre o assunto.

Dispõe ainda o edital em seu item 10:

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do e-mail licitação@saocarlos.sp.gov.br

Considerando que o certame está marcado para ocorrer dia 05/11/2025 às 09h30min, horário de Brasília e, tendo em vista que nos dias 03/05/2011 e 04/11/2025 não haverá expediente nesta Administração Municipal, visto o ponto facultativo e feriado municipal, respectivamente nas datas citadas, a impugnação foi recebida pela Seção de Licitações – SL de forma INTEMPESTIVA. Contudo, esta Equipe de Apoio ao Pregão Eletrônico encaminhou as razões de impugnação à Unidade solicitante, visto se tratar de questões estritamente técnicas.

SÍNTESE DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE:

Aduz a ora impugnante que, em relação ao item 1 do lote 4, presente no Termo de Referência, verificou a falta de previsão de apresentação da Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) perante à ANVISA e também seu registro neste Órgão.

Nesse contexto, solicita a impugnante que seja colhida a sua peça e que seja retificado o Termo de Referência do instrumento convocatório de modo que se passe a ter a exigência da comprovação da Autorização de Funcionamento da Empresa e do registro junto à ANVISA relativo a item "colchão caixa de ovo" e, derradeiramente, a suspensão e republicação do edital.

É a apertada síntese dos fatos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Departamento de Licitações

Equipe de Apoio ao Sistema Informatizado de Licitações – Pregão Eletrônico São Carlos, Capital da Tecnologia

DA MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE SOLICITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PARADESPORTOS

As razões de impugnação acima expostas, foram encaminhadas à Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Paradesportos. Dessa feita, a Unidade interessada se manifestou da forma que segue:

"Em atenção ao e-mail encaminhado com a impugnação referente ao Pregão Eletrônico nº 097/2025, informo que, embora o protocolo tenha ocorrido de forma intempestiva, a Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Paradesportos apresenta manifestação apenas para fins de esclarecimento técnico, sem reconhecimento de tempestividade ou efeito suspensivo sobre o certame.

No mérito, verifica-se que a alegação de omissão quanto às exigências de habilitação técnica não procede. O Termo de Referência, item 3 – Requisitos da Contratação, alínea "c" – Critérios de Qualidade, já contempla de forma expressa os critérios de qualidade e certificações aplicáveis aos equipamentos, conforme o trecho abaixo:

"Cada equipamento deverá possuir certificações relevantes de qualidade no setor, sempre que aplicável, como selo do INMETRO. Produtos que não atendam às especificações poderão ser rejeitados e deverão ser substituídos às expensas da contratada (...)".

Assim, o edital não se omite quanto às exigências técnicas e de conformidade dos produtos. Ressalta-se que, caso algum item se enquadre como dispositivo médico, a necessidade de registro ou notificação junto à ANVISA decorre diretamente da legislação sanitária vigente, sendo responsabilidade da empresa licitante o cumprimento dessas normas, independentemente de previsão específica no edital. Dessa forma, entende-se que o Termo de Referência é suficiente e adequado, assegurando a qualidade, segurança e regularidade dos equipamentos, não havendo necessidade de ajustes ou republicação do certame".

DA MANIFESTAÇÃO DA EQUIPE DE APOIO AO SISTEMA INFORMATIZADO DE LICITAÇÕES - PREGÃO ELETRÔNICO

A presente impugnação, embora INTEMPESTIVA, foi devidamente recebida e analisada, observando-se rigorosamente os princípios da legalidade, publicidade, moralidade, impessoalidade, eficiência, interesse público, probidade administrativa, isonomia, motivação, vinculação ao edital, julgamento objetivo, segurança jurídica, razoabilidade, competitividade, proporcionalidade e celeridade, sempre com vistas à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Posto isto, conforme exposto pela Unidade solicitante, a mesma se manifesta de forma contrária aos argumentos ora trazidos pela empresa impugnante, justificando-se de forma tácita que, no Termo de Referência, já constam todas as exigências técnicas e referentes aos critérios de qualidade e certificações quando aplicáveis, citando como exemplo o selo do INMETRO. Finaliza sua defesa, reportando que, caso haja produtos a serem adquiridos de cunho hospitalar, a necessidade de documentos ou registros na ANVISA provêm diretamente da legislação sanitária vigente, ficando sob responsabilidade da empresa o cumprimento de tais normas.

DO JULGAMENTO

Diante de todo o exposto e à luz do Edital e da legislação de regência, primando pela celeridade processual e pelos princípios basilares da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, da busca da proposta mais vantajosa, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos a Equipe de Apoio ao Pregão Eletrônico entende que a presente impugnação merece ser julgada **INTEMPESTIVA** e **IMPROCEDENTE**, por todos os fatos e argumentos contidos nas razões constantes da Ata de Julgamento e sugere ao Sr. Secretário Municipal da Pessoa com Deficiência e Paradesportos a RATIFICAÇÃO desta decisão.

Arthur Oliveira Ota Pregoeiro Fernando Campos Autoridade Competente Diogo Silva Membro



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Departamento de Licitações

Equipe de Apoio ao Sistema Informatizado de Licitações – Pregão Eletrônico São Carlos, Capital da Tecnologia

RATIFICO a decisão proferida pela Equipe de Apoio ao Pregão Eletrônico que julgou **INTEMPESTIVA** e **IMPROCEDENTE** a Impugnação apresentada pela empresa **VITTAFLEX INDUSTRIA E COMERCIO DE MÓVEIS E COLCHÕES LTDA**, nos termos da Ata de Julgamento realizada no dia 31 de outubro de 2025.

São Carlos, 31 de outubro de 2025

Rafael de Almeida Leme

Secretário Municipal da Pessoa com Deficiência e Paradesportos